INCLUSÃO DA CRIANÇA AUTISTA EM SALA DE AULA

ROSENILDA BESSA DE JESUS BRANDÃO

RESUMO
Este artigo busca refletir sobre a inclusão da criança autista no ambiente escolar, um tema que ganha cada vez mais relevância no contexto da Educação Inclusiva. Este conceito é visto como um "novo paradigma", que valoriza a diversidade e reconhece que ela é essencial para a escolarização de todas as pessoas. A Educação Inclusiva promove o respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem e a implementação de práticas pedagógicas inovadoras, desafiando as normas estabelecidas na sociedade e, consequentemente, nos sistemas de ensino. A inclusão de crianças autistas em sala de aula exige uma ruptura com os métodos tradicionais de ensino. Essa ruptura não deve ser vista apenas como uma mudança superficial, mas como uma transformação profunda que questiona e reestrutura as práticas pedagógicas existentes. A ideia de ruptura é frequentemente contrastada com a ideia de continuidade, sendo muitas vezes celebrada como uma expressão do novo. No entanto, é crucial que essa ruptura seja acompanhada de uma reflexão crítica para evitar que se torne um modelo repetitivo que não promove mudanças reais. Para que a inclusão seja efetiva, é necessário que os educadores estejam preparados para lidar com a diversidade de necessidades e estilos de aprendizagem. Isso inclui a formação contínua dos professores, o desenvolvimento de materiais didáticos adaptados e a criação de um ambiente escolar acolhedor e inclusivo. Além disso, é fundamental que haja um diálogo constante entre a escola, a família e os profissionais de saúde para garantir que as necessidades específicas de cada criança autista sejam atendidas.

Palavras-chave: Inclusão; Mudanças; Necessidades.

INTRODUÇÃO

A inclusão não se pratica apenas no contexto escolar, "não é possível conceber uma escola inclusiva num "mar social" de exclusão" (Rodrigues, 2003, p. 9).
De acordo com Alarcão (2003, p.88):

As escolas, os professores, os políticos e os pais comecem a interrogar-se sobre este paradigma organizacional de incrível uniformidade e o paradigma de educação e aprendizagem que lhe está subjacente (...) se adequa à nova realidade caracterizada por: uma população escolar altamente heterogénea e massificada; acessibilidade da informação; exigência do conhecimento como bem social; requisitos da sociedade global relativamente aos saberes qualificados; necessidade de se explorarem as capacidades de trabalho individual e cooperativo para se transformar em conhecimento o saber que brota da assimilação das informações.

Portanto, percebe-se que a inclusão está presente cada dia mais em nossos cotidianos, sendo assim, a família e a escola devem caminhar lado a lado, para que o aluno com autismo possa ter um acompanhamento adequado que contribuirá para o seu desenvolvimento integral e significativo.
Na medida em que uma criança é diagnosticada como autista, quanto antes fizer um tratamento adequado, mais serão as possibilidades de desenvolvimento para o convívio em grupo, pois "as principais características do autismo são as dificuldades no estabelecimento de relações sociais, na comunicação verbal e não verbal, no desenvolvimento do jogo simbólico e da imaginação e na resistência às mudanças de rotina" (APPDA, 2000, p. 15).

Um muro demasiado alto e muito difícil de transpor. Um muro de palavras e silêncios, de gestos e expressões, de sons e de cheiros, de imagens e de toques, de intenções e de códigos. Um muro que dá para um mundo que eles não compreendem, mas no qual estão inseridos e do qual fogem, sempre que possível, para o deles, o interior. Eles são as crianças com autismo. Cada um vive o seu mundo. Nós fazemos os possíveis para entrar no seu mundo, descobrir o que faz deles diferentes, saber porque nascem assim, qual a melhor forma de lidar com eles o que muda ao longo dos anos, enfim, entender como devemos

deixá-los viver e crescer felizes (PIRES, 2003, apud FORTUNATO, 2006)

Os autistas não se sentem bem ao conviver em grupo e por isso é fundamental que ocorra um acompanhamento precoce para um tratamento adequado que auxilie no processo do convívio social.
Para um diagnóstico clínico preciso do Autismo, a criança deve ser extremamente examinada, tanto fisicamente quanto psico--neurologicamente. A avaliação deve incluir entrevistas com a família, observação e exame psico- mental e, algumas vezes, de exames complementares para doenças genéticas e ou hereditárias.
De acordo com Mantoan (1997, p. 13):

É através da escola que a sociedade adquire, fundamenta e modifica com participação, colaboração e adaptação. Embora outras instituições como família ou igreja tem função muito importante, é da escola a maior parcela. Portanto, deve sempre existir uma parceria entre escola e família, em prol da criança com autismo, contribuindo para o desenvolvimento integral e significativo da criança autista.

APRENDENDO COM O ALUNO
Muitas vezes, os educadores que precisam de informações sobre um aluno estudam os registros educacionais do indivíduo. Embora esses documentos sejam certamente uma fonte de informação, raramente são a fonte de informação mais útil.
Os professores que desejam saber mais sobre um aluno com autismo devem pedir que ele forneça informações. Alguns alunos serão bastante dispostos e capazes de compartilhar informações, enquanto outros podem precisar de persuasão ou apoio dos membros da família.
Os professores podem solicitar essas informações de várias maneiras. Por exemplo, eles podem pedir ao aluno que faça uma pequena pesquisa ou faça uma entrevista informal.
Um professor pediu ao aluno com autismo que criasse uma lista de dicas de ensino que poderiam ajudar as crianças com diferenças de aprendizado. O professor então publicou o guia e o distribuiu a todos os educadores da escola.
Der acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB, 1996):

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação [...] O poder público deverá instituir cadastro nacional de alunos com altas habilidades ou superdotação matriculados na educação básica e na educação superior, a fim de fomentar a execução de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento pleno das potencialidades desse alunado (LDB, 1996, Art.59).

Se o aluno com autismo não conseguir se comunicar de maneira confiável, os professores poderão pedir ajuda às famílias. Os pais podem compartilhar as dicas de ensino que consideram mais úteis em casa ou fornecer vídeos do aluno envolvido em diferentes atividades familiares e comunitárias. Esses tipos de materiais tendem a dar aos educadores ideias que são mais úteis e concretas do que os relatórios e avaliações educacionais tradicionais.
A escolha pode não apenas dar aos alunos uma sensação de controle em suas vidas, mas uma oportunidade de aprender sobre si mesmos como trabalhadores e aprendizes.
A escolha pode ser especialmente útil para estudantes com autismo que têm necessidades especiais quando se trata de ambiente de aprendizagem, materiais de aula e comunicação. A escolha pode ser incorporada a praticamente qualquer parte do dia escolar.
Os alunos podem escolher quais avaliações devem ser concluídas, qual papel desempenhar em um grupo cooperativo e como receber assistência e apoio pessoal. Exemplos de opções que podem ser oferecidas nas salas de aula incluem:
Resolva cinco dos dez problemas atribuídos
Trabalhe sozinho ou com um pequeno grupo
Leia em voz baixa ou com um amigo
Use lápis, caneta ou o computador
Realize sua pesquisa na biblioteca ou na sala de recursos
Faça anotações usando palavras ou imagens
Escrever pode ser uma importante fonte de tensão e luta para estudantes com autismo. Alguns alunos não sabem escrever e outros que sabem escrever podem ter dificuldade em fazê-lo. A fim de apoiar um aluno que luta

com a escrita, o professor pode tentar dar à criança um incentivo gentil ao tentar escrever algo - uma palavra, uma frase ou algumas linhas. Os professores também podem permitir que o aluno use um computador, processador de texto ou mesmo uma máquina de escrever antiga para algumas ou todas as lições.
Para alguns alunos, a capacidade de usar um processador de texto ao escrever os ajuda a se concentrar na tarefa em questão (conteúdo) em vez de em suas habilidades motoras (processo).
Enquanto alguns alunos com autismo são ultra-organizados, outros precisam de apoio para encontrar materiais, manter suas áreas de armários e escrivaninha organizadas e lembre-se de levar suas tarefas para casa no final do dia. Considere implementar estratégias de suporte que todos os alunos possam achar úteis. Por exemplo, os professores podem fazer com que todos os alunos anotem tarefas, façam malas de livros, guardem materiais e limpem espaços de trabalho juntos. A estruturação diária desse tempo dará a todos os alunos a oportunidade de se organizarem e refletirem sobre como se preparam para a transição da escola para o lar. Habilidades específicas podem até ser ensinadas durante esse período (por exemplo, criando listas de tarefas, priorizando tarefas).
Alguns estudantes com autismo lutam com transições. Alguns se sentem desconfortáveis ao mudar de ambiente para ambiente, enquanto outros têm problemas para mudar de atividade para atividade. Indivíduos com autismo relatam que as mudanças podem ser extremamente difíceis, causando estresse e sentimentos de desorientação. Os professores podem minimizar o desconforto que os alunos podem sentir ao fazer a transição:
Use um cronômetro visual para que os alunos possam gerenciar o tempo por conta própria durante uma atividade.
Dar lembretes a toda a turma antes de qualquer transição.
Proporcionar ao aluno ou à turma toda uma atividade de transição, como escrever em um caderno de lição de casa ou para os alunos mais jovens, cantando uma pequena canção sobre “limpeza”.
Pedir aos colegas que ajudem no tempo de transição. Nas salas de aula do ensino fundamental, os professores podem pedir a todos os alunos que se mudem de um lugar para outro com um parceiro. Nas salas de aula do ensino fundamental e médio, os alunos podem escolher um colega para caminhar durante o tempo que passa.
Forneça um auxílio à transição (um brinquedo, objeto ou figura).
Às vezes, os alunos são malsucedidos porque se sentem desconfortáveis ou se sentem inseguros ou até com medo em seu ambiente educacional. Fornecer um ambiente de aprendizado apropriado pode ser tão central para o sucesso do aluno quanto qualquer estratégia de ensino ou ferramenta educacional. Os alunos com autismo serão os mais preparados para aprender em lugares onde possam relaxar e se sentir seguros. As idéias para tornar a sala de aula mais confortável incluem oferecer opções de assentos (por exemplo, cadeiras de pufe, cadeiras de balanço); reduzir a luz direta quando possível (por exemplo, usando luz projetada para cima, fornecendo uma viseira para um aluno que é especialmente sensível); e minimizar ruídos distraídos (por exemplo, fornecer tampões ou fones de ouvido durante certas atividades).
Para que os alunos aprendam comportamentos apropriados, eles precisam estar no ambiente inclusivo para ver e ouvir como seus colegas falam e agem. Para que os alunos aprendam habilidades sociais, eles precisam estar em um espaço onde possam ouvir e aprender com outras pessoas que estão socializando. Se os alunos precisarão de apoio especializado para obter sucesso acadêmico, os professores precisam ver o aluno funcionando na sala de aula inclusiva para saber que tipos de apoio serão necessários.

DESAFIOS EM SALA DE AULA
O comportamento de algumas crianças e jovens autistas pode ser um desafio na escola. Esse comportamento geralmente ocorre devido a uma ansiedade subjacente, frustração ou sensibilidade sensorial . Nem sempre é claro o que a desencadeou, dificultando o controle da situação e a identificação de estratégias úteis.
De muitas maneiras, a inclusão é um esforço nobre. Os proponentes da inclusão enfatizam corretamente a importância de todas as crianças, seu valor como membros da comunidade humana e seu direito de pertencer e ser incluídos, independentemente de quais sejam

suas diferenças e habilidades individuais. Os apoiadores da inclusão acreditam que os valores ensinados aos alunos em uma sala de aula inclusiva são de vital importância na educação de todos os alunos. Eles insistem que a aceitação e a compreensão uns dos outros como indivíduos diversos com habilidades diferentes é um dos principais objetivos da educação. Segundo a Lei 13.146/ 2015:

Lei 13.146/2015: A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015, Art.27).

Ao mesmo tempo, os pais desejam que seus filhos com deficiência tenham amizade com colegas de classe e participem de todas as atividades sociais normais da infância: brincando juntos, conversando e brincando, sonhando com o futuro e desenvolvendo relacionamentos duradouros.
A natureza ferozmente emocional desses argumentos dificulta a crítica da prática da inclusão. Aqueles que fazem a tentativa geralmente encontram suas crenças fundamentais sobre tolerância e diversidade sob fogo. Mas aqueles que têm dúvidas sobre a inclusão geralmente não questionam os valores por trás dela, apenas se a prática é eficaz. A educação especial surgiu por uma razão, afirmam eles. Algumas crianças não podem aprender pelos métodos tradicionais de ensino ou por meio de um currículo padrão. Eles precisam de instrução individualizada, projetada para seus estilos de aprendizagem específicos. Professores certificados de educação especial recebem treinamento profissional em métodos projetados para atender a essas necessidades exclusivas. Como a sala de aula regular é voltada para a norma, eles argumentam, não é o local apropriado para crianças com necessidades especiais de aprendizado.
De fato, a sala de aula regular está se tornando ainda mais padronizada, à medida que as escolas se ajustam para cumprir os mandatos de teste e prestação de contas da lei federal. Nenhuma criança deixada para trás. No entanto, o movimento de inclusão colocou crianças com habilidades e necessidades variadas na mesma sala de aula. Isso leva muitos professores e educadores a perguntarem como um currículo padronizado pode ser adaptado para atender às necessidades de todas as crianças - sem prejudicar as notas importantes nos testes de sua escola. Eles também se perguntam se as necessidades educacionais de muitos estudantes estão se afastando dos objetivos sociais mais amplos da inclusão. A inclusão deve promover a socialização e aceitação.
O primeiro passo para implementar adequadamente a inclusão é melhorar o treinamento dos professores. Os programas de treinamento de professores para professores regulares e de educação especial frequentemente coexistem nas faculdades de educação, mas raramente são aulas ministradas em conjunto por professores regulares e de educação especial. Esses programas devem começar a cruzar fronteiras e integrar a instrução, assim como as escolas públicas estão sendo solicitadas. As turmas precisam se concentrar em uma variedade de estratégias de ensino projetadas para abordar o alcance e as habilidades dos alunos com quem esses futuros professores trabalharão. Em outras palavras, o ambiente da universidade deve refletir as salas de aula que os professores eventualmente liderarão.
Crianças e jovens no espectro do autismo geralmente precisam de rotina para ajudá-los a entender o mundo ao seu redor. Isso significa que eles podem encontrar horários não estruturados , como almoço e intervalo, particularmente difíceis.
Eles precisam de mais tempo para processar informações e também podem achar um desafio social e de comunicação . Muitos querem fazer amigos, mas acham difícil, pois não possuem as habilidades sociais esperadas. Eles são frequentemente intimidados, pois seus colegas podem não ter consciência e aceitação do autismo.
Alguns podem ter interesses intensos ou carecer de habilidades de organização e planejamento que possam afetar sua capacidade de participar do dia escolar.
Além disso, muitos terão dificuldade em processar informações sensoriais . Isso pode ocorrer em um ou mais dos sete sentidos . Seus sentidos podem ser intensificados

(hipersensíveis) ou sub-sensíveis (hipossensíveis). O grau de dificuldade varia de um indivíduo para outro e de acordo com outros fatores como humor e níveis de estresse e estímulos.
A condição do autismo tem sua origem na palavra grega "autós", que significa "por si mesmo". Na área da psiquiatria, o termo é utilizado para descrever o comportamento de uma criança que tem uma tendência a se concentrar em si mesma.
A palavra "autismo" foi primeiramente utilizada pelo pesquisador Bleuler em 1911, que a utilizou para descrever a perda de contato com a realidade.
Os primeiros estudos sobre o autismo surgiram em 1943, através do trabalho do psiquiatra Leo Kanner. Ele publicou um artigo baseado em um estudo com 11 crianças que apresentavam características individuais distintas das demais. Inicialmente, Kanner chamou essa condição de "Distúrbio autístico do contato afetivo".
A partir da concepção de Kanner, outros pesquisadores surgiram e desenvolveram diversos estudos, realizando algumas modificações. O autismo passou a ser relacionado a um déficit cognitivo e social, sendo considerado um distúrbio do desenvolvimento.

O autismo é definido pela organização mundial de saúde como um distúrbio do desenvolvimento, sem cura e severamente incapacitante. Sua incidência é de cinco casos em cada 10.000 nascimento, caso se adote um critério de classificação rigorosa é três vezes maior se considerar casos correlatados, isto é, necessitem do mesmo tipo de atendimento. (MANTOAN, 1997, p. 13).

O transtorno do Espectro Autista (TEA) é também categorizado como um subtipo dos Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD). Isso se deve às características exibidas pela pessoa diagnosticada com autismo, que afetam suas interações sociais e habilidades de comunicação.

Os Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) representam uma categoria na qual estão agrupados transtornos que têm em comum as funções do desenvolvimento afetadas. Entretanto, este conceito é recente e se pode ser proposto devido aos avanços metodológicos dos estudos e á superação dos primeiros modelos explicativos sobre o autismo. (BELISARIO E CUNHA, 2010, p. 08)

Portanto, o Transtorno do Espectro Autista (TEA), mais conhecido como autismo, é caracterizado como um conjunto de distúrbios no desenvolvimento humano que afetam áreas como interações sociais, comunicação e linguagem verbal.
Não há um conceito fixo em relação ao autismo, pois está em constante evolução. Existem uma variedade de sintomas e dificuldades que prejudicam a interação social e a comunicação do indivíduo autista, entre outros aspectos. Consequentemente, a criança autista pode enfrentar dificuldades na interação social, o que pode levar a comportamentos agressivos, além de afetar sua capacidade de se comunicar verbalmente.

É por meio da linguagem que o indivíduo realiza sua interação social e cultural, avançando em seu desenvolvimento social e definindo sua própria identidade. Todavia, é na linguagem e, portanto, na comunicação, que se concentra uma das dificuldades para as pessoas com autismo, uma vez que poucos desenvolvem habilidades para a conversação, embora muitas desenvolvam habilidades verbais e grande parte consiga desenvolver somente habilidades não verbais de comunicação. (ORRÚ, 2007, p.185).

Portanto, o TEA é um transtorno complexo, uma vez que possui uma variedade de manifestações clínicas, o que dificulta a definição precisa do seu conceito.
No âmbito da educação inclusiva, é importante compreender as manifestações do Transtorno do Espectro Autista (TEA). O psiquiatra Leo Kanner, em 1943, descreveu um grupo de onze crianças como tendo "autismo infantil". Ele observou que essas crianças apresentavam extrema solidão autista, dificuldade em se relacionar com outras pessoas e alterações severas na linguagem e comunicação, tanto expressiva quanto receptiva.
Em 1949, Kanner diferenciou um subtipo de autismo chamado de "autismo secundário", que surge no segundo ano de vida. No mesmo ano, o Dr. Hans Asperger, cientista

austríaco, utilizou o termo "psicopatia autista" para se referir a crianças com comportamentos semelhantes. Ao longo do tempo, outros termos, como esquizofrenia infantil, autismo infantil, síndrome de Asperger e síndrome de Kanner, foram aplicados para descrever o que hoje chamamos de autismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A "inclusão" é muito mais realista para muitos no ensino fundamental e se torna cada vez mais irrealista para muitos de nossos alunos mais desafiados socialmente no ensino médio e no ensino médio, não apenas devido às complexidades sociais dessa faixa etária, mas também por causa da socialização. Abstrações ensinadas por meio do currículo.

A inclusão diz respeito à qualidade da experiência de uma criança. Como uma criança desenvolve suas habilidades, participa da vida da escola e aprende e brinca com crianças de várias origens. Muitas crianças no espectro do autismo podem ser apoiadas para desempenhar um papel completo nas escolas regulares. No entanto, algumas crianças poderão ter uma experiência mais inclusiva em um ambiente especializado.

Para que a inclusão ocorra, a provisão educacional deve ser adaptada de acordo com as necessidades individuais do aluno. As necessidades da criança devem ser o ponto de partida para identificar que tipo de escola elas devem frequentar e o apoio de que precisam nesse ambiente.

Qualquer que seja o cenário, a provisão educacional para crianças autistas precisa ter recursos adequados. Todas as escolas regulares devem ensinar as crianças sobre o espectro do autismo e ter o entendimento, os recursos, o treinamento e o apoio especializado para atender às suas necessidades, onde as necessidades de treinamento e recursos não são atendidas, o princípio da inclusão é comprometido.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, I. (2003). Formação reflexiva de professores: estratégias de supervisão. Porto: Porto Editora.

APPDA (1993). Autismo: Integrar. Lisboa: Instituto do Emprego e Formação Profissional e Secretariado Nacional de Reabilitação, 2, pp.14 – 15.

BELISÁRIO, J. F. Filho; CUNHA, Patrícia. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar. Transtornos globais do desenvolvimento. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

BRASIL. Lei Federal nº 12.764/2012, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF: 28 dez. 2012.

BRASIL. Política para Educação Especial. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 15 de fev 2024.

MANTOAN, Maria T. O Atendimento Educacional Especializado na educação inclusiva. Inclusão, Revista da Educação Especial. Brasília, 2010. Vol. 5, nº. 1, p. 12-15.

_____. A Integração de Pessoas com Deficiências. São Paulo: Memnon, 1997.

ORRÚ, S. E. Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Wak, 2007.